

# IMPrensa E Violência: Um Estudo de Conflitos Entre Paraná E Santa Catarina Nos Jornais Da Década De 1900

## Press And Violence: A Study Of Conflicts Between Paraná And Santa Catarina In The Newspapers In The Decade Of 1900

Eloi Giovane Muchalovski\*

**Resumo:** O presente artigo procura discutir possibilidades de uso das fontes jornalísticas para a pesquisa em história, tomando como objeto conflitos e casos de violência ocorridos no início do século XX (1900-1908) nos vales dos rios Timbó e Paciência entre as vilas de União da Vitória e Canoinhas, período de intensa instabilidade envolvendo os estados do Paraná e Santa Catarina devido a questão de limites, naquilo que ficou conhecido como Contestado. Os discursos manifestos nos jornais *O Dia*, *República*, *Gazeta de Joinville*, *A República*, *A Notícia* e *Diário da Tarde*, procuravam informar o leitor de aspectos diversos, a formar uma ideia, um conceito acerca da daquela região. Desta forma, problematizar a noção de região em um espaço temporal em que a própria construção dessa noção não estava definida, pode elucidar aspectos sobre casos de violência, envoltos em relações de poder entre as forças políticas dos dois estados. Com base nos aportes teóricos e metodológicos da Análise de Discurso, demonstrar-se-á que o estudo dos jornais de época é promissor para compreensão histórica de momentos antecedentes a eclosão da Guerra do Contestado (1912-1916).

**Palavras-chave:** Contestado; Discursos; Jornais; Violência.

**Abstract:** This article aims to discuss possibilities of using journalistic sources for history research, taking as its object conflicts and violence cases occurred during the beginning of the 20th century (1900-1908) at the valleys of Timbó and Paciência rivers between the towns of União da Vitória and Canoinhas. Such period was very unstable and involved the states of Paraná and Santa Catarina due to their territorial borders and was known as Contestado. The manifest speeches in the newspapers *O Dia*, *República*, *Gazeta de Joinville*, *A República*, *A Notícia* and *Diário da Tarde* tried to inform the readers about various aspects so that they could form an idea and have a concept about that region. In this way, problematizing the notion of region in a temporal space, in which the construction of this notion was not defined, can elucidate aspects about cases of violence involving the power relations between the political forces of the two states. Based on the theoretical and methodological contributions of the Discourse Analysis, it will be shown that the study of newspapers is promising for

---

\* Possui graduação em História pela FAFI - Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória/PR (2006) e especialização em História e Sociedade (2008) pela mesma instituição. Atualmente é mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO, área de concentração História e Regiões, linha de pesquisa Espaços de Práticas e Relações de Poder. Tem interesse em pesquisas que versam sobre a história do Contestado, como também temas relacionados a etnicidade, História Indígena e História Agrária. É membro do Grupo de Pesquisa Estudos em História Cultural da UNICENTRO e participa do NUPHIS - Núcleo de Pesquisa em História da Universidade do Contestado. E-mail: [eloigiovane@gmail.com](mailto:eloigiovane@gmail.com)

historical understanding of moments that preceded the outbreak of Contestado War (1912-1916).

**Keywords:** Contestado; Speeches; Newspapers; Violence.

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Guerra ou Movimento Sertanejo do Contestado (1912-1916), conflito ocorrido em vasta região contestada pelos estados do Paraná e Santa Catarina no início do século XX, levou ao embate armado milhares de sertanejos espoliados pelo capital estrangeiro e pelo poder dos coronéis. Este importante conflito da história do Brasil foi marcado por uma série de fatores, diferentes e regionalizados, que, por seu turno, propiciaram a deflagração da contenda. Dentre eles, a tensão gerada pela disputa de território entre os estados litigantes, os quais concebiam fronteiras política-administrativas díspares, criando uma interseção de domínios que instigou embates sociais e políticos, principalmente na parte norte do território contestado nos vales dos rios Timbó e Paciência, entre as vilas de União da Vitória e Canoinhas. Neste período do século XX, circunscrito pela consolidação efetiva dos jornais como meio de comunicação, os principais periódicos de Santa Catarina e Paraná destacaram-se pelo envolvimento em reportar fatos de violência ocorridos naquele espaço.

Ao abordar acontecimentos de suposta violência, especificamente, os jornais *O Dia*, *República*, *Gazeta de Joinville*, *A República*, *A Notícia* e *Diário da Tarde*, procuraram informar o leitor de aspectos diversos que formavam uma ideia, um conceito acerca da daquela região. Matérias publicadas nestes jornais relataram fatos envolvendo suposta violência, ora atribuída a simpatizantes da causa paranaense, ora a simpatizantes da causa catarinense. São discursos enunciados na imprensa motivados por sentimentos de identidade e lealdade com um ou outro estado em conflito.

Ao tratar de tais violências, os jornais demonstram em seus discursos um forte envolvimento político, representando e conceituando interpretações que afunilam em direção de uma pejoração sobre território contestado, justificando ou condenando ações tidas como violentas.

Este impetuoso estado de rivalidade teve origem ainda no período colonial, quando “Santa Catarina e São Paulo [...] disputam a jurisdição sobre a região do planalto serrano, mais especificamente das terras situadas a oeste, entre os rios Uruguai e Iguaçu, e ao sul de

Rio Negro” (MACHADO, 2004, p. 124). Tais disputas prologaram-se, incluindo contestações de limites pelo estado do Rio Grande do Sul como também pela Argentina, esta última reivindicava terras do oeste da área do Contestado, situadas entre os rios Iguazu e Uruguai, fato que somente teve um desfecho em 1895, com a arbitragem do então presidente dos Estados Unidos, Stephen Grover Cleveland.

Contudo, a questão de limites entre os estados de Santa Catarina e Paraná eclodiu com a criação deste último enquanto província em 1853, desmembrado da Província de São Paulo. Os paranaenses “procuram firmar a posse sobre terras do oeste barriga-verde, alargando seu já mais extenso território” (AURAS, 1984, p. 25). No mesmo ano de 1853, Santa Catarina apresentou à Assembleia um projeto determinando os limites de sua província, sendo: “Ao norte, com o Paraná pelo Saí-Guaçu, rio Negro e aquele em que deságua: ao sul, com o Rio Grande do Sul, pelo rio Mampituba, arroio das Contas, rio Pelotas e rio Uruguai” (MIRANDA, 2012, p. 43). Apesar da impugnação do projeto pelo então presidente do Paraná, Zacarias de Góis e Vasconcelos, o parecer da câmara foi favorável a Santa Catarina.

A partir de então inúmeros projetos sobre os limites territoriais foram debatidos tanto nas Assembleias quanto no Senado. Apesar da discussão, Santa Catarina ajuizou processo junto ao Supremo Tribunal Federal, obtendo ganho de causa em três decisões 1904, 1909 e 1910, “quando aquela Corte rejeita os embargos propostos por Rui Barbosa” (AURAS, 1984, p. 27).

Depois de mais de meio século de debates, as rivalidades políticas atingiram altos níveis de exaltação. Vários grupos armados, de ambos os lados, passaram a atuar na região do Timbó e Paciência, protegendo interesses de coronéis e de políticos ligados a um ou outro dos estados litigantes.

A imprensa que vinha já a algum tempo cobrindo a questão de limites, passou, a partir de 1900, a narrar fatos de violência ocorridos na região. Maurício Vinhas de Queiroz (1977, p. 67) aponta que

A disputa assumiu aspectos melodramáticos na área em que se defrontavam àquela época duas frentes extrativas de erva-mate: a paranaense, cuja base era a cidade de União da Vitória, e a catarinense, que se apoiava em Canoinhas. O trecho violentamente disputado por uns e por outros, riquíssimo em ervais nativos, compreendia os vales inteiros do Timbó e da Paciência. Os catarinenses, que ocupavam as suas cabeceiras e grande parte de seus cursos, ambicionavam chegar até as margens do Iguazu e dominar inclusive União da Vitória. O posto avançado dos paranaenses era Vila Nova do Timbó.

Revista Semina V. 16, N.º 1, 2017 – ISSN 1677-1001  
Artigo Recebido em 20/06/2017 - Aprovado em 28/07/2017

Portanto, analisar as representações produzidas através dos discursos expressos pelos jornais catarinenses e paranaenses referentes à violência atrelada a um particular conceito de região, em um momento de fortes tensões sobre a questão de limites entre Paraná e Santa Catarina, especificamente nos vales dos rios Timbó e Paciência entre os anos 1900 e 1908 e, sua respectiva utilização como meio para criação de uma identidade regional, demonstra ser objeto de uma pesquisa promissora, a qual pode elucidar e promover o entendimento de aspectos importantes de um momento anterior do início da Guerra do Contestado.

## **POSSIBILIDADES TEÓRICAS**

Problematizar a noção de região, num espaço temporal em que a própria construção dessa noção enquanto delimitação político-administrativa não estava definida, pode elucidar indagações sobre casos tidos como violentos, envoltos em relações de poder. Logo que

As regiões [...] não pré-existem aos fatos que as fizeram emergir; as regiões são acontecimentos históricos, são acontecimentos políticos, estratégicos, acontecimentos militares, diplomáticos, são produto de afrontamentos, de disputas, de conflitos, de lutas, de guerras, de vitórias e de derrotas. Falar em região implica em se perguntar por domínio, por dominação, por tomada de posse, por apropriação. Falar em região é também falar em subordinação, em exclusão, em desterramento, em banimento (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008, p. 58).

As tensões de diversas ordens ocorridas na área compreendida entre União da Vitória e a vila Canoinhas no início do século XX deflagraram inúmeros casos de violência naquele espaço, sendo abundantemente abordados pelas mídias impressas da época, a qual tinha forte ligação com meio político, sendo inclusive duas delas, *O Dia* e *A República*, órgãos representativos dos partidos republicanos catarinense e paranaense, respectivamente. Isso, evidentemente, fez com que seus textos sobre os fatos procurassem representar uma imagem regional que satisfizesse os interesses de um ou outro lado. Pois

Torna-se, portanto, [...] relevante, tanto do ponto de vista da história dos conceitos quanto da história social, saber a partir de quando os conceitos passam a poder ser empregados de forma tão rigorosa como indicadores de transformações políticas e sociais de profundidade histórica [...] (KOSELLECK, 2006, p. 101).

Nesse sentido, a realização de uma profunda reflexão acerca dos conceitos empregados nos textos auxilia de maneira *sui generis* na elucidação do pensamento de uma época, e como tal perpetuação ideológica possibilitou uma continuidade no espaço tempo para além daquele momento histórico. Como uma visão estereotipada das relações sociais teve um poder de influência agregador de identificação ao território? É sugerível que respostas para indagações como estas possam ser postas à mesa pelo emprego da história dos conceitos. Pois, não se pode fazer da análise textual o erro já criticado por Reinhart Koselleck (2006), de que as ciências históricas entendem os conceitos como palavras, fato a seu ver errôneo, pois o significado destas é determinado pelo seu uso.

Um exemplo simples, de intenção apenas elucidativa da importância dos conceitos, pode ser verificado no termo “bandoleiro”. Tal designação de origem linguística espanhola, derivada do termo bando, era muito utilizado pelos jornais da época para adjetivar uma pessoa como bandido, mau caráter, sem escrúpulos. Hoje seu uso também está condicionado a qualificar um sujeito sem local fixo, que anda de um lugar a outro, sujeito sem ocupação definida, ocioso (MICHAELIS, 2016). Percebe-se que o significado de uma mesma palavra pode sofrer mudanças dentro de uma determinada temporalidade. Contudo, identificar rupturas e continuidades nos conceitos exige profunda análise, pois “as conceituações históricas [...] não são fruto de uma pesquisa experimental, de uma descoberta, mas de um exame atento e penetrante, de uma apercepção intelectual que se pode comparar ao esforço da visão” (VEYNE, 1976, p. 69).

Este esforço, mencionado por Veyne (1976), reflete a necessidade do historiador em ponderar profundamente sobre suas fontes, a procurar uma estranheza, a identificar uma mudança de sentido, a qual pode ser o ponto chave daquilo que não era perceptível à primeira análise.

Nessa acepção, as fontes jornalísticas constituem frutíferos documentos para o trabalho de análise conceitual. Os jornais de Paraná e Santa Catarina iniciaram a problematizar as tensões no Timbó ainda em 1900, tendo seu ápice em meados da década, destacando-se os primeiros meses de 1906. Nessa temporalidade, as menções são quase que diárias, muitas das vezes em matérias de capa. A partir do segundo semestre de 1906 houve um certo declínio da atenção dos editores sobre a região, contudo, as alusões estendem-se, em relativa periodicidade, até 1908. Mas, afinal, qual seria a importância científica em deslindar aspectos conceituais da ideia de região através de tais fontes?

Problematizar os discursos produzidos pela imprensa, no local e tempo neste artigo propostos, justifica-se pela necessidade de elucidação de aspectos anteriores a eclosão da batalha do Irani, tida como marco do início da Guerra do Contestado. Almejando ser contributiva para o conhecimento histórico, o qual muitas vezes, apesar de já ter observado as fontes jornalísticas, não aprofundou seu olhar aos conflitos armados ocorridos antes 1912, sendo mencionado em alguns trechos como “fatos antecedentes” (PEIXOTO, 1995), “questão de limites” (MIRANDA, 2012), “a questão dos limites” (MONTEIRO, 1974), “desmandos e usurpações” (MACHADO, 2004), entre outras nomenclaturas, geralmente introdutórias nas obras.

A própria utilização do jornal como fonte norteadora no estudo do Contestado ainda não foi muito explorada. Talvez porque “nem sempre a independência e exatidão dominam o conteúdo editorial” (RODRIGUES, 1968, apud LUCA, 2008) ou mesmo pela visão historiográfica de que “a imprensa se revelou uma fonte muito pobre sobre o conflito” (MACHADO, 2008, p. 35), talvez pelo fato de materializar uma visão da elite. Entretanto, a quase vinte anos Marcia Janete Espig (1998) já via nas fontes jornalísticas um caminho promissor para o estudo do Contestado. Posto isso, é promitente que, com a correta abordagem metodológica, os jornais podem materializar-se como importantes instrumentos para a compreensão de certas representações do espaço quanto a produção de uma ou várias identidades, manifestadas em um discurso acerca da noção de região.

A relação narrador e ouvinte é bastante complexa, incluiu uma série de possibilidades: afirmações, negações e interações. O fato de uma certa ideia, conceito propagar depende muito da sua aceitação, contudo

Se alguém ouvir a mesma história inúmeras vezes, pode dar-se uma completa identificação com seu protagonista, de tal sorte que, mais tarde, contará a mesma história como se tivesse ocorrido consigo próprio. Não se trata de desonestidade, mas o resultado de uma interação contínua entre narrador e ouvinte – uma interação comprovada pelo próprio processo de identificação (HELLER, 1993, p. 77).

Os discursos e representações realizadas pelos meios impressos se manifestam como mecanismos de reprodução de determinados pensamentos, criando imagens mentais sobre fatos e atos do momento vivenciado. Desta forma, direta e indiretamente, criam identidades, visões de mundo determinados por aqueles que imprimem a mensagem. Seu alcance é

dirigido a uma parcela da população, no caso, uma parcela letrada, a qual, na época aqui problematizada, configurava-se como elitizada, a que dispunha do acesso a estes periódicos. Segundo Stuart Hall (1992, p. 50):

As culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos culturais e representações. Uma cultura nacional é um discurso - um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos

Por conseguinte, ao passo que os jornais procuram dar dimensão dos fatos eles imprimem uma visão particular, altamente influenciada e influenciadora, pois como refere Michel Foucault (1996, p. 28):

[...] o indivíduo que se põe a escrever um texto no horizonte do qual paira uma obra possível retoma por sua conta a função do autor: aquilo que ele escreve e o que não escreve, aquilo que desenha, mesmo a título de rascunho provisório, como esboço da obra, e o que deixa, vai cair como conversas cotidianas. Todo este jogo de diferenças é prescrito pela função do autor, tal como a recebe de sua época ou tal como ele, por sua vez, a modifica. Pois embora possa modificar a imagem tradicional que se faz de um autor, será a partir de uma nova posição do autor que recortará, em tudo o que poderia ter dito, em tudo o que diz todos os dias, a todo momento, o perfil ainda trêmulo de sua obra.

Por outro lado, é passível de análise considerar que um mesmo texto não tem sua ação homogeneizada a todos os que o leem, pois, o leitor é sujeito ativo do texto, enquanto indivíduo que o interpreta e o representa de maneira, por vezes, diferenciada dos demais leitores. Observação análoga estabelece Roger Chartier (2002), quando este menciona que deve-se ter cuidado ao considerar um texto “todo-poderoso”, condicionador do leitor, esquecendo de que a própria leitura enquanto ato autônomo e liberal possibilita a criação de sentidos totalmente singulares. Por outro lado, o historiador, por sua vez, também é sujeito protagonista do texto, seu ofício, de maneira particular, está envolto na análise, estudo, interpretação e produção de texto. Como refere Jurandir Malerba (2006, p. 11):

Não há, ou não deveria haver, historiador profissional que não pensasse cada etapa e implicação de seu ofício; que não ponderasse sobre o fato de que todo problema histórico, ao se tornar matéria da prática e da razão histórica, parte do texto e culmina no texto.

Além disso, há outro aspecto a ser considerado, o de que um texto lido no agora reflete sua leitura no ontem. Deve-se tomar cuidado ao procurar dimensionar o alcance da leitura sobre uma determinada esfera de leitores, é preciso obedecer, necessariamente, as condições temporais da leitura, pois

Os esquemas interpretativos pertencem a configurações culturais, que têm variado enormemente através dos tempos. Como nossos ancestrais viviam em mundos mentais diferentes, devem ter lido de forma diferente, e a história da leitura poderia ser tão complexa quanto a história do pensamento (DARNTON, 1992, p. 233).

Destarte, seja pelas suas diversas facetas ou pela possibilidade eminente do falso, o uso de fontes jornalísticas como documento histórico ainda é uma proposta nova na historiografia. No século XIX a tendência positivista repelia a utilização de qualquer fonte que não expressasse um posicionamento oficial. Considerava-se o jornal um documento subjetivo, passível de falsificação da realidade, não podendo assim ser tomado como imparcial, o que deveria, necessariamente, ser indispensável para o alcance do conhecimento verdadeiro.

Com o advento da *Escola dos Annales* as possibilidades de uso das fontes ampliaram-se, o conhecimento histórico deixou de ser apenas baseado em documentos de registro político-administrativo para ser visto como um processo de construção, influenciado pela visão do historiador perante o objeto como pelos sujeitos contemporâneos ao objeto.

Contudo, mesmo na década de 1970 ainda havia uma relutância pela utilização da imprensa como fonte histórica, pesquisava-se a história da imprensa, mas não a história por meio da imprensa (LUCA, 2008). Presentemente sua utilização se faz em abundância, sendo de uso corrente no meio acadêmico. Uma pesquisa em destaque é a dissertação de mestrado defendida na UFPR por Liz Andréa Dalfré (2004), trabalho que originou interessante livro, onde a autora aborda as representações elaboradas pelo jornal *Diário da Tarde* referentes ao movimento do Contestado, e sua respectiva orientação “pela necessidade de construção de uma identidade regional, num momento em que os estados brasileiros adotavam a descentralização administrativa” (DALFRÉ, 2008, p. 211). Assim, Dalfré consegue estabelecer relações importantes no que tange as formas de ver, sentir e representar os acontecimentos da época, comprovando a possibilidade do uso das fontes de cunho jornalístico para a história do Contestado.

Outro ponto interessante abordado por Dalfré, diz respeito a sua surpresa quando, no início da pesquisa, constatou a pouca existência de trabalhos acadêmicos sobre o tema que utilizassem tão vasto material, como os jornais de época, cheios de comentários e observações sobre o Movimento (DALFRÉ, 2004, p. 50). Posto isso, é perceptível a relevância de efetivar-se a utilização destes importantes documentos para a produção do conhecimento histórico, haja vista que no recorte temporal proposto neste artigo, ainda não houve um aprofundamento dos periódicos jornalísticos como fonte.

## POSSIBILIDADES METODOLÓGICAS

Considerando a proposta aqui apresentada, definida pelo intuito de realizar um ensaio das diferentes representações produzidas pelos jornais *O Dia*, *República*, *Gazeta de Joinville*, *A República*, *A Notícia e Diário da Tarde*, referentes a tensões e violências relacionadas com a questão de limites entre Paraná e Santa Catarina – com especificidade nos vales dos rios Timbó e Paciência entre os anos 1900 e 1908, e sua respectiva utilização como meio para criação de uma identidade regional, construída com uma particular noção de região –, o aporte metodológico deve estar embasado em uma abordagem qualitativa, articulando quatro procedimentos básicos: investigação, interpretação, análise e produção escrita dos resultados.

Ademais, dado que logo após a Proclamação da República, os jornais transformaram-se rapidamente em veículos para a divulgação de ideologias e opiniões dos partidos políticos, vários foram os periódicos criados no Brasil, destacando-se os jornais *O Dia*, órgão do Partido Republicano Catarinense, e o *A República*, órgão do Partido Republicano Paranaense. Nas páginas das respectivas gazetas reproduziam-se, de maneira muitas vezes anônima, opiniões ufanistas ao estado que representavam e, por sua vez, repulsivas a população e aos líderes do estado “adversário”. Discursos que servem de material rico para o estudo da história, pois expressam os mais variados sentimentos, sejam eles ideológicos, de visão e representação da realidade ou mesmo como projeto de futuro, tanto como afirmação de classe ou demonstração de poder. Contudo, seu uso pelo historiador necessita de atenção e cuidado, pois emitem opiniões tendenciosas que muitas vezes não só “modificam” a realidade como também “criam” realidades, obrigando fundamentalmente o uso de uma análise mais aprofundada de sua subjetividade, assim como aponta Luca (*apud* CAPELATO, 1994, p. 118)

A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero veículo de informações, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos.

Ao considerarem-se as possibilidades de uso dos impressos jornalísticos para o estudo histórico, especialmente do Contestado, um interessante amparo metodológico se evidencia na Análise de Discurso, com ênfase na produção de representações para a criação e divulgação de uma identidade regional. Para tal, é promissor, enquanto metodologia, as contribuições de Eni Pulcinelli Orlandi, introdutora da análise de discurso de escola francesa no Brasil. Para Orlandi (2005, p. 15):

Na análise de discurso, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história. [...] A Análise de Discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social.

Como aponta Chartier (2002, p. 17) as “representações do mundo social assim construídas, embora aspirem a universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam”. Desta forma, buscar estas representações em discursos expressos nos jornais de época, exige, necessariamente, a compreensão do ambiente e os personagens que os cercam, ou seja, quem emite o discurso? Quem ele representa? Em que contexto foi emitido? Para quem foi emitido? Quais foram os receptores? Se possível, quantos foram os receptores? Quais as possibilidades de assimilação pelos receptores?

Para que se possa chegar a repostas aceitáveis para tais indagações, é sugestivo, enquanto encaminhamento metodológico seguir determinados passos. Primeiramente, realizar a revisão bibliográfica das principais obras referente ao tema Contestado, incluindo livros, dissertações e teses, tendo como foco aspectos abordados pelos autores com relação a momentos anteriores aos combates iniciados em 1912, especialmente aqueles ocorridos na região compreendida entre os atuais municípios de Canoinhas e Porto União.

Esta revisão propõe uma busca de indícios que sustentem a comprovação da hipótese de que toda abordagem já realizada pela historiografia do Contestado tenha sido influenciada pelos discursos propagados pelos periódicos jornalísticos aqui problematizados. Pois, como já

apontado na introdução deste artigo, é convincente que a abordagem feita sobre os fatos de conflito armado e violência ocorrida na área de estudo delimitada, partem sempre das obras dos memorialistas do Contestado, especialmente a de Peixoto (1995). Tendo esta um discurso muito semelhante às notícias publicadas nos jornais da época, especialmente nos periódicos paranaenses.

Um segundo passo, dentro da metodologia sugestionada, preconiza estabelecer semelhanças e diferenças nos discursos produzidos pelos jornais, estabelecendo como parâmetro fatos externos ao texto, ou seja, acontecimentos concomitantes que podem ou não terem influído nas mudanças e permanências a determinado padrão de discurso. Dado que

[...] considerar o conteúdo histórico do texto dependente de sua forma não implica, de nenhum modo, reduzir a história ao texto, a exemplo do que fazem os autores estruturalistas ou pós-estruturalistas, que negam haver história fora do discurso. Pelo contrário, trata-se, antes, de relacionar texto e contexto: buscar os nexos entre as idéias contidas nos discursos, as formas pelas quais elas se exprimem e o conjunto de determinações extratextuais que presidem a produção, a circulação e o consumo dos discursos. Em uma palavra, o historiador deve sempre, sem negligenciar a forma do discurso, relacioná-lo ao social (CARDOSO; VAINFAS, 1997, p. 378).

Trabalhar com as representações presentes nos discursos remete a uma abordagem de ideologia. Esta tem presença em todo discurso. Não há como produzir um discurso se não houver, mesmo que inconscientemente, uma ideologia, um sistema de significação da realidade (BRANDÃO, 2004). Desta forma, apresenta-se como necessário delimitar aspectos ideológicos presentes fora do texto, historicizar os próprios jornais. Quem os mantinha? A quem estavam ligados? Quem representavam?

Os jornais da época eram fortemente marcados por concepções ideológicas, sendo que, em uma abordagem marxista, se constituem de um “instrumento de dominação de classe porque a classe dominante faz com que suas idéias passem a ser idéias de todos” (BRANDÃO, 2004, p. 21). Partindo do pressuposto de que os jornais “são produtos forjados a partir de representações contextualizadas da realidade” (CALONGA, 2012), seus discursos emitem uma visão que extrapola a ideologia de seu emissor, configura-se como um elemento concentrado de ideologias internas e externas, que não necessariamente afirmam uma verdade, mas sim uma possibilidade de verdade, segundo interesses da parcela da sociedade a qual o emissor representa, no caso, a classe dominante.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar historicamente a região, leva a questionar esta como elemento de existência, ou seja, o que constitui uma região? O que a torna delimitável, denominável? Tais questionamentos fazem emergir entre possibilidades inúmeras, pois, não se deve, como ensina Durval Muniz Albuquerque Junior (2008, p. 57), pensar em região de maneira apenas geográfica, em dimensão física, mas sim como um espaço de luta, fruto de conquistas, de relações de dominação e subordinação.

De tal forma, problematizar o conceito de região em um momento em que este espaço é objeto de disputa entre estados brasileiros – como é o caso do Contestado –, especificamente, em uma área entendida entre os vales dos rios Timbó e Paciência, é problematizar mecanismos de subordinação, exclusão e banimento. Neste contexto, parafraseando Albuquerque Junior (2008, p. 63), falar de região também é desconstruir os discursos vigentes, é fazer história pensando como práticas discursivas e não discursivas fazem emergir uma dada configuração história, uma dada identidade regional, a qual atribui a este espaço uma imagem de violência e criminalidade.

Neste sentido, o uso das fontes jornalísticas materializa-se como elemento profícuo para apreensão daquilo que Gilles Deleuze e Félix Gattari (1997) chamam de necessidade de simulação de territórios que acompanha a espécie humana. Reconhecendo que região é criação dos saberes, dos discursos, das representações que a constituiu e que a sustenta. Como aponta Michel de Certeau (1994), um espaço praticado.

Fazer uso das matérias de jornais, ricas em discursos e representações, pode ser de valia para compreensão de determinados padrões e/ou singularidades que, hipoteticamente, impingiram uma imagem estereotipada da área em conflito, no caso, o Contestado.

Vale lembrar que, conforme alude Pierre Bourdieu (1989, p. 114), ao dizer as coisas com autoridade, na vista de todos e em nome de todos, publicamente, como faziam os jornais do Paraná e Santa Catarina – a um público elitizado – no início do Brasil República, os discursos acerca do espaço são sancionados, santificados. As práticas têm subordinação às funções sociais que exercem, produzindo efeitos sociais, contribuindo para a produção de uma realidade objetiva, que através de uma análise crítica possibilita apreender suas incoerências e desvios (BOURDIEU, 1989, p. 112).

Por outro lado, há de se considerar a própria participação dos dominados dentro do

jogo das interações. No cotidiano o poder simbólico impõe, de maneira generalizada ou específica, uma identidade que afasta os dominados de sua identidade legítima (BOURDIEU,1989, p. 124). Muitos dos usos feitos nos discursos produzidos pelos jornais eram alimentados por intencionalidades de criar uma atmosfera de desconfiança com o outro, e de convencimento para si, buscando a conquista de adeptos a causa que cada parte representava no palco das disputas de poder pelo espaço geográfico. Entretanto, estes mesmos discursos que impuseram marcas naquela sociedade, criando estigmas, esqueciam que o “estigma produz a revolta contra o estigma, que começa pela reivindicação pública do estigma (BOURDIEU,1989, p. 125). Assim, muitos dos adeptos do movimento do Contestado aderiram a este reivindicando sua condição de dominado, fato por vezes impulsionado pelo próprio meio que o dominou.

Considerando a contextualização dos discursos, cabe apontar o raciocínio empreendido por Carlo Ginzburg (2007) em *O fio e os rastros*, onde o autor consegue demonstrar que através de um discurso, verdadeiro ou mitológico, propagando dentro de uma temporalidade histórica: fio; as sociedades acabam por produzir uma série de registros, documentos: rastros; os quais materializam-se em discursos e fontes que, para o ofício do historiador, possibilita a construção de uma narrativa pautada na reflexão intelectual, a qual tem uma intencionalidade de verdade, mesmo que impregnada de ligações com o falso. Destarte, buscar nas entrelinhas do discurso performativo e representativo das matérias jornalísticas, pode, além de dimensionar uma simetria e/ou assimetria na conceituação ideológica do espaço, indicar alternativas documentais que sejam pertinentes à pesquisa histórica, ou seja, sobre a propagação e afirmação dos discursos pejorativos e discriminatórios atualmente verificados.

Norbert Elias e John Scotson (2000), em *Os estabelecidos e outsiders*, discorrem sobre as normas de socialização e relações de poder em uma pequena comunidade da Inglaterra. Neste estudo, Elias e Scotson nos esclarecem como que uma mesma comunidade, espaço, região, com certa homogeneidade econômica, pode conter uma multiplicidade de preconceitos, discriminações e exclusões, como é perceptível hoje ao espaço geográfico e ideológico do Contestado. Entender tais circunstâncias pode ser de grande valia para uma modesta tentativa de mudança, onde o Contestado não signifique mais um espaço inóspito, de atraso e violência. Demonstrando como a construção de uma narrativa “estratégica”, no sentido certeiriano, impôs normas para aquela sociedade histórica, perpetuando uma imagem

negativa do conceito de região contestada. Por outro lado, é de igual importância demonstrar que os sujeitos dominados, excluídos, isolados da participação social dentro dos espaços, não são, por sua vez, ignorantes, incapazes de perceber sua própria condição. São sim conscientes de sua localização e sua importância nas relações sociais, tanto que, conforme aponta Certeau (1982), desempenham microações, táticas, politizam seu cotidiano em contraposição as tentativas de dominação impostas pelas instituições.

Como se pode perceber, o uso da fonte jornalística é de considerável contribuição para o estudo da história, desde que utilizada com um aporte metodológico correto. Entretanto, uma pesquisa em história não se faz apenas com métodos, mas também com conceitos, pois o “talento do historiador é em parte o de inventar conceitos” (VEYNE, 1976, p.69).

Considerando a possibilidade de tomar como foco de observação discursos e representações acerca de aspectos específicos de uma noção de região e seu liame com a identificação da população aquele espaço e suas respostas tidas como violentas frente a uma ocupação física ou ideológica, torna-se incisivo a necessidade da delimitação conceitual daquilo que se entende por região. Não acomodar-se, como sugere Veyne (1976), com uma conceituação pronta, ou seja, aquelas encontradas nas fontes, o que configurar-se-ia em mera descrição e não em explicação, pois, com efeito, a elaboração dos conceitos permite o crivo do mundo histórico. O “sentido de uma palavra pode ser determinado pelo seu uso. Um Conceito, ao contrário, para poder ser um conceito, deve manter-se polissêmico” (KOSELLECK, 2006, p. 109).

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. O objeto em fuga. *Fronteiras*, Dourados, v. 10, n. 17, p. 55-67, 2008.

AURAS, Marli. *Guerra do Contestado: a organização da irmandade cabocla*. Florianópolis: Editora da UFSC; Assembleia Legislativa; São Paulo; Cortez Editora e Livraria, 1984.

BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. 2.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

CALONGA, Maurilio Dantielly. O jornal e suas representações: objeto ou fonte histórica? *Revista Comunicação & Mercado*, Dourados, v. 1, n. 02, p. 79-87, 2012.

CAPELATO, Maria Helena R. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1994.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. *História cultural: entre práticas e representações*. Algés: Difel, 2002.

DALFRÉ, Liz Andréa. Criando heróis e inimigos: o movimento do Contestado na imprensa paranaense. In: ESPIG, Mácia Janete; MACHADO, Paulo Pinheiro (Orgs.). *A guerra santa revisitada: novos estudos sobre o movimento do Contestado*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

\_\_\_\_\_. *Outras narrativas da nacionalidade: o movimento do Contestado*. 2004. 157 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2004.

DARNTON, Robert. História da leitura. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora a Universidade Estadual Paulista, 1992.

DELEUZE, Gilles; GUATARRI, Félix. O liso e o estriado. In: DELEUZE, Gilles e GUATARRI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ESPIG, Marcia Janete. *Personagens do Contestado: os turmeiros da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande (1908-1915)*. 2008. 434 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2008.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 3.ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1992.

HELLER, Agnes. *Uma teoria da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio de periódicos. In: PINKSY, Carla Bassanesi. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.

MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias*

caboclas (1912-1916). São Paulo: Editora da Unicamp, 2004.

MALERBA, Jurandir (org.). *A História Escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006.

MICHAELIS. *Moderno Dicionário da Língua Portuguesa*. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=bandoleiro>>. Acesso em: 31 mai. 2016.

MIRANDA, Alcibíades. *Contestado*. Curitiba: IHGPR, 2012.

MONTEIRO, Duglas Teixeira. *Os errantes do novo século: um estudo sobre o surto milenarista do Contestado*. São Paulo: Duas Cidades, 1974.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2005.

PEIXOTO, Demerval. *Campanha do Contestado: raízes da rebeldia*. Curitiba: Farol do Saber, 1995. v. 1.

QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Messianismo e conflito social: a guerra sertaneja do Contestado (1912-1916)*. São Paulo: Ática, 1977.

RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil: introdução metodológica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

VEYNE, Paul. História conceitual. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs.). *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.